



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO Nº 7.446, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Regulamenta os dispositivos da Lei Municipal nº 1.664, de 28 de novembro de 2002 (Código Tributário Municipal) e Lei nº 2332, de 09 de julho de 2010, dispondo sobre o Sistema de Gerenciamento do ISSQN, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e - NOTA CAXIENSE, Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, Recibo Provisório de Serviço, Declaração Eletrônica de Serviços, Declaração Eletrônica do Responsável Tributário, Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica deste Município,

**Considerando** o Processo Administrativo nº 009/017924/2019;

**Considerando** que o Poder Público, sempre que possível, deve adotar medidas tendentes à simplificação e modernização da ordem tributária; e

**Considerando** a necessidade de implementação, pela Administração Fazendária de mecanismos de controle mais eficazes no combate à evasão fiscal,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO ISSQN**

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Duque de Caxias, o Sistema de Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, para controle e acompanhamento da arrecadação do tributo, com as seguintes funcionalidades:

- I - Recepção de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE;
- II - Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica;
- III - Recibo Provisório de Serviço - RPS, emitido em meio eletrônico;
- IV - Declaração Eletrônica de Serviços;
- V - Declaração Eletrônica do Responsável Tributário.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E - NOTA CAXIENSE

Art. 2º Fica instituído, com fundamento no art. 1º, da Lei Municipal nº 2.332, de 09 de julho de 2002, o novo modelo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e - NOTA CAXIENSE, para o registro das operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

§ 1º A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE é o documento fiscal hábil para o registro das prestações de serviços no âmbito municipal, inviolável, sendo opcional, quando da emissão, a assinatura com certificado digital.

§ 2º A partir do dia 2 de janeiro de 2020, todos os prestadores de serviços inscritos na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento ficarão obrigados à emissão das Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços - NFS-e - NOTA CAXIENSE, conforme modelo do Anexo I.

§ 3º Ficam excluídos dessa obrigatoriedade, os contribuintes enquadrados como Microempreendedores Individuais – MEI de que trata o §1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, que prestarem serviços para pessoas físicas.

§ 4º Os novos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, cadastrados a partir da vigência do presente Decreto e obrigados à utilização do modelo instituído, utilizarão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e - NOTA CAXIENSE, ora normatizada, a partir do primeiro dia do segundo mês posterior ao mês de referência.

§ 5º Os contribuintes são responsáveis pela emissão das Notas Fiscais de Serviços Eletrônica – NFS-e - NOTA CAXIENSE, através de sistema próprio, com o envio do XML da NFS-e para o sistema da prefeitura, os quais serão recepcionados, validados e armazenados no sistema de gerenciamento do ISSQN do Município, podendo ser consultados por meio da Internet, no endereço eletrônico disponível em [www.duquedecaxias.rj.gov.br](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br).

Art. 3º O contribuinte obrigado à utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, não poderá emitir outros modelos de documentos fiscais, sob pena de penalização por utilização de documentos sem autorização do fisco.

§ 1º Para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, é obrigatória a identificação do tomador de serviços quando este for pessoa jurídica, independentemente do imposto ter sido retido ou não.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º As operações efetuadas através da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, estarão dispensadas de posterior apresentação das Declarações de Serviços.

Art. 4º O tomador do serviço ou qualquer interessado que receber Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, poderá certificar-se da validade da mesma através do endereço eletrônico [www.duquedecaxias.rj.gov.br](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br).

Art. 5º Para fins do disposto neste capítulo, fica aprovado novo modelo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, conforme Anexo I, contendo as seguintes informações:

- I - Brasão e dados do Município de Duque de Caxias;
- II - Denominação NFS-e – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NOTA CAXIENSE;
- III - Identificação da Nota Fiscal e RPS;
  - a) CPF/CNPJ;
  - b) Natureza da Operação;
  - c) Data e hora da emissão;
  - d) Código de verificação;
  - e) Número da nota;
  - f) Número RPS;
  - g) Série RPS;
  - h) Data de Emissão;
- IV - Identificação do prestador de serviços, com:
  - a) CPF/CNPJ;
  - b) Inscrição Municipal;
  - c) Razão social;
  - d) Nome fantasia;
  - e) Endereço;
  - f) Telefone;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

g) E-mail.

V - Identificação do tomador de serviços, com:

a) CPF/CNPJ;

b) Inscrição Municipal;

c) Razão social;

d) Nome fantasia;

e) Endereço;

f) Telefone;

g) E-mail;

VI - Discriminação dos serviços;

VII - Dados para apuração do ISSQN, com :

a) Identificação da atividade do Município;

b) Alíquota;

c) Identificação do item da Lei Complementar Federal nº 116/2003;

d) Identificação do Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE;

e) Valor Total dos Serviços;

f) Desconto Condicionado;

g) Desconto Incondicionado;

h) Dedução da base de cálculo, conforme disposição legal e dependendo do tipo da atividade prestacional exercida;

i) Base de cálculo;

j) Total do ISSQN;

k) Indicação do ISS Retido;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

VIII - Valores das retenções de impostos:

- a) PIS;
- b) COFINS;
- c) INSS;
- d) IRRF;
- e) CSLL;
- f) ISSQN Retido;
- g) outras retenções;

IX - Valor líquido da nota.

X - Informações Adicionais

§ 1º O arquivo XML da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e - NOTA CAXIENSE, enviado pelo Contribuinte deverá conter todos os campos previstos no Manual de Integração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, definidas no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil e do Município.

§ 2º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e - NOTA CAXIENSE só será considerada emitida após o sistema de gerenciamento do ISSQN do Município receptionar e validar o arquivo XML enviado pelo Contribuinte.

§ 3º As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e - NOTA CAXIENSE validadas pelo sistema de gerenciamento do ISSQN do Município poderão ser consultadas por meio da Internet, no endereço eletrônico disponível em [www.duquedecaxias.rj.gov.br](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br).

Art. 6º A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE poderá ser emitida através de integração entre o sistema informatizado de gestão comercial do contribuinte com o sistema do Município.

§ 1º O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as especificações estabelecidas no Manual de Integração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, definidas no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil e do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes:

- I - Recepção e Processamento de Lote de RPS;
- II - Consulta de Situação de Lote de RPS;
- III - Consulta de NFS-e por RPS;
- IV - Consulta de Lote de RPS;
- V - Consulta de NFS-e;
- VI - Cancelamento de NFS-e;

Art. 7º Após a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, constatando-se erro no preenchimento no campo "Descrição dos Serviços", o prestado do serviço poderá sanar o erro por meio de Carta de Correção Eletrônica - CC-e, através do sistema de emissão de notas disponibilizado pelo Município

Parágrafo único. O tomador de serviços deverá ser cientificado, eletronicamente, sempre que a emissão de Carta de Correção Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, por seu endereço eletrônico que deve constar, obrigatoriamente, na nota fiscal.

Art. 8º A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente por meio do sistema, em até 07 (sete) dias contados a partir da data da sua emissão.

Parágrafo único. Após o pagamento do imposto, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

Art. 9º A emissão da NFS-e – NOTA CAXIENSE será vedada:

- I - aos profissionais autônomos;
- II - às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- III - às empresas permissionárias e concessionárias de transporte público coletivo de passageiros;
- IV - empresas prestadoras de serviços de exploração de rodovias.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO AVULSA ELETRÔNICA

Art. 10. A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica será utilizada para o registro das operações de prestação de serviço tributadas pelo ISSQN, das pessoas físicas ou jurídicas inscritas ou não na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

§ 1º O tomador do serviço ou qualquer interessado que receber Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, deverá certificar a validade da mesma através do endereço eletrônico [www.duquedecaxias.rj.gov.br](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br).

§ 2º A solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica somente poderá ser feita perante na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

§ 3º Quando a solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, ocorrer na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento o contribuinte deverá apresentar cópia dos seus documentos de identificação e comprovante de endereço.

Art. 11. A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFSA-e emitida estará disponível e poderá ser consultada publicamente no sistema no prazo de 05 (cinco) anos da data de sua emissão.

Art. 12. A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica será fornecida com o preenchimento dos campos que identificam a operação de prestação de serviço, com destaque do ISSQN devido.

Art. 13. A disponibilização ou fornecimento da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN e compensação da guia referente ao serviço que constar na nota fiscal solicitada.

Parágrafo único. O Documento de Arrecadação Municipal (DAM) para o recolhimento do ISSQN previsto no caput será disponibilizada ou fornecida quando da solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

Art. 14. O ISSQN referente à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada poderá ser aproveitado não necessitando de processo administrativo, quando da emissão de nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica caso o ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica seja igual ou maior que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada.

Art. 15. Será emitido Documento de Arrecadação Municipal (DAM) pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento com a diferença do imposto, somente para o caso do ISSQN da nova Nota



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, ser maior do que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada.

Art. 16. Necessitará de processo administrativo para utilização ou devolução do crédito tributário contido no Documento de Arrecadação Municipal (DAM) referente à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada, quando o ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, for menor do que a Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, cancelada ou o contribuinte não for emitir nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

#### CAPÍTULO IV

##### RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

Art. 17. No caso de impedimento da emissão em tempo real da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, o prestador de serviço solicitará Recibo Provisório de Serviço - RPS, em meio eletrônico.

§ 1º O Recibo Provisório de Serviço poderá ser emitido através de sistema próprio de gestão comercial do contribuinte que utilizar a integração para conversão do RPS em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

§ 2º Para controle da Administração Tributária, **só serão válidos os RPS** do sistema próprio de gestão comercial do contribuinte, **que forem autorizados pela autoridade fiscal**, sendo que o RPS já autorizado deverá ser numerado obrigatoriamente em ordem crescente, sequencial, a partir do número 1 (um).

§ 3º O RPS – Recibo Provisório de Serviços emitido pelo sistema comercial do contribuinte, deverá conter o **número de controle fornecido pela Secretaria Municipal de Fazenda** e Planejamento, como também todos os dados obrigatórios para emissão da NFS-e.

§ 4º O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as normas estabelecidas no manual de integração da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e - NOTA CAXIENSE definidas no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no endereço eletrônico [www1.receita.fazenda.gov.br](http://www1.receita.fazenda.gov.br).

§ 5º Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes:

I – Recepção e Processamento de Lote de RPS.

II – Consulta de Situação de RPS.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

III – Consulta de NFS-e por RPS.

IV – Consulta de Lote de RPS.

Art. 18. Os arquivos eletrônicos dos RPS deverão ser convertidos em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da emissão, não podendo ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviços.

§ 1º O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS, podendo ser postergado caso vença em dia não útil, transcorrido este prazo, o Recibo Provisório de Serviço - RPS perderá a validade.

§ 2º A não transmissão dos Recibos Provisórios de Serviço - RPS para conversão em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, ou a transmissão fora do prazo sujeitará o prestador de serviço às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 3º A não substituição do Recibo Provisório de Serviço - RPS pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, será equiparada a não emissão de Notas Fiscais de Prestação de Serviços, sujeitará o contribuinte ao pagamento do imposto e à aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor, além das multas decorrentes do não recolhimento da obrigação principal e da imputação do crime de sonegação fiscal conforme previsto na Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os Crimes Contra a Ordem Tributária.

Art. 19. Para fins do disposto neste Capítulo, fica aprovado o modelo do Recibo Provisório de Serviço – RPS, conforme Anexo II, devendo ser emitido obrigatoriamente, com todos os dados necessários para a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e - NOTA CAXIENSE, sendo que os números sequenciais serão gerados eletronicamente pelo Sistema da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento aprovado por este Decreto.

Parágrafo único. Havendo indício ou fundada suspeita de que a emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida ou do imposto devido, serão aplicadas as sanções previstas na legislação em vigor, sujeitando, ainda, o contribuinte à imputação do crime de sonegação fiscal conforme previsto na Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os Crimes Contra a Ordem Tributária.

## CAPÍTULO V

### DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

Art. 20. O sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, inscrito na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, fica obrigado a realizar a declaração eletrônica do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

movimento econômico relativos a todas as operações de prestação de serviços, nos termos do artigo 129, da Lei Municipal nº 1.664 de 28 de novembro de 2002.

§ 1º Os contribuintes que emitem Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e - NOTA CAXIENSE, ficam dispensados de proceder à declaração, uma vez que a emissão do documento fiscal em meio eletrônico produz o mesmo efeito.

§ 2º A autoridade fiscal poderá dispensar da declaração eletrônica as pessoas a que se refere o “caput” deste artigo, individualmente, por atividade ou grupo de atividades, segundo critérios que estabeleçam a melhor forma de obter os dados.

Art. 21. A declaração eletrônica de serviços consiste no registro mensal das informações econômico-fiscais, decorrentes de serviços prestados ou tomados, por sistema de processamento eletrônico de dados, relativamente:

- I - às Notas Fiscais emitidas;
- II - às Notas Fiscais anuladas;
- III - às Notas Fiscais extraviadas;
- IV - às Notas Fiscais vencidas e não emitidas;
- V - aos Cupons Fiscais;
- VI - às Notas Fiscais, aos recibos e outros documentos referentes a serviços tomados;
- VII - aos valores do ISSQN referentes ao movimento econômico, e retido na condição de Substituto ou Responsável Tributário;
- VIII - à ausência de movimento econômico, quando for o caso;
- IX - à movimentação econômica para as empresas que executem as atividades de intermediação financeira, administração de cartões de crédito, administração de consórcio e educação;
- X - aos dados cadastrais.

§ 1º A declaração eletrônica deverá ser realizada, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, através de programa específico acessível no endereço eletrônico [www.duquedecaxias.rj.gov.br](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br).

§ 2º A veracidade dos dados declarados é de inteira responsabilidade do sujeito passivo, ficando as informações sujeitas à homologação fiscal.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 22. O recolhimento do Imposto, referente às NFS-e, **deverá ser feito exclusivamente por meio da Guia de Recolhimento de ISSQN**, emitida pelo sistema da disponibilizado pelo Município .

§ 1º Não se aplica o disposto no "caput":

I - aos responsáveis tributários quando o prestador de serviços deixar de efetuar a substituição de RPS por NFS-e, devendo proceder ao recolhimento por meio de Guia de Recolhimento convencional - DAM;

II - aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISS retido na fonte por meio dos sistemas orçamentário e financeiro dos governos federal, estadual e municipal;

III - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, quando recolher o ISSQN no DAS - Documento de Arrecadação do Simples Nacional.

IV - ao MEI - Microempreendedor Individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, optante pelo tratamento diferenciado, nos termos do artigo 18-A, da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações instituídas pela Lei Complementar Federal nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.

§ 2º As empresas descritas no Inciso III do Parágrafo Anterior deverão declarar, através do sistema de NFS-e, o numero do DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional e suas respectivas NFSe, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da emissão do DAS.

## CAPÍTULO VI

### DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO

Art. 23. São responsáveis tributários pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, nos termos dos arts. 110 e 124, da Lei Municipal nº 1.664 de 28 de novembro de 2002, as pessoas jurídicas de direito público ou privado, que contratarem ou utilizarem serviços de empresas cadastradas ou não, no Município de Duque de Caxias e dentre essas tiverem atividade elencada no §5º, do artigo 104, da Lei Municipal nº 1.664 de 28 de novembro de 2002 (Código Tributário Municipal).





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º O valor do imposto a ser retido pelo responsável tributário, do prestador de serviço, será calculado com a aplicação das alíquotas previstas no artigo 113, da Lei Municipal nº 1.664 de 28 de novembro de 2002, incidentes sobre o preço do serviço.

§ 2º A retenção deverá ocorrer no ato da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitido pelo sistema informatizado do Município.

§ 3º O responsável tributário, a que se refere este artigo, fornecerá ao prestador de serviços o recibo de retenção na fonte do valor do imposto.

§ 4º O responsável tributário deverá efetuar a retenção de todos os serviços por ele contratados.

Art. 24. Os tomadores e intermediários de serviços deverão realizar através do sistema, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, a declaração eletrônica dos serviços contratados, nos termos do artigo 129, da Lei Municipal nº 1.664 de 28 de novembro de 2002.

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento poderá dispensar da declaração eletrônica as pessoas a que se refere o “caput” deste artigo, individualmente, por atividade ou grupo de atividades, segundo critérios que estabeleçam a melhor forma de obter os dados.

Art. 25. A responsabilidade prevista neste Decreto é imputada a todas as pessoas físicas e jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária.

## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. O livro fiscal poderá ser emitido de modo online a qualquer momento através do sistema do Município de Duque de Caxias.

Art. 27. As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste Decreto, quando apuradas através de procedimento administrativo, serão punidas com a aplicação das multas definidas na legislação municipal.

Art. 28. Fica autorizado o Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento emitir normas complementares a este Decreto.

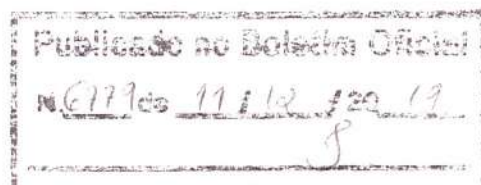


ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.936, de 30 de novembro de 2010 e os arts. 7º, 8º, 9º, 13 e 14 do Decreto nº 6.567, de 05 de agosto de 2010.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 4 de dezembro de 2019.

  
**WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal






ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

**ANEXO I DO DECRETO Nº 7.446, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**MODELO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E**

 <b>Prefeitura Municipal de Duque de Caxias-RJ</b> Secretaria de Fazenda Fone: (21) 2773-6213 - <a href="http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/">www.duquedecaxias.rj.gov.br/</a>		<b>NFSe</b>		Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica NFSe	
<b>Identificação da Nota Fiscal Eletrônica</b>					
Natureza da Operação		Data de Emissão da NFSe		Código de Verificação de Autenticidade	
Número do RPS		Série do RPS		Data de Emissão do RPS	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <a href="http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/nfes">www.duquedecaxias.rj.gov.br/nfes</a>					
<b>Dados do Tomador de Serviços</b>					
CNPJ/CPF		Inscrição Municipal		Razão Social	
Endereço		Número		Complemento	
CEP		Cidade / UF		Bairro	
		Telefone		email	
<b>Descrição dos Serviços</b>					
<b>ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza</b>					
Atividade do Município		Alíquota		Item da LC116/2003	
				Cód. Nacional Atividade Econômica	
Valor Total dos Serviços		Desconto Incondicionado		Deduções Base Cálculo	
				Base de Cálculo	
				Total do ISSQN	
				ISSQN Retido	
				Desconto Condicionado	
<b>Retenções de Impostos</b>					
PIS		COFINS		INSS	
				IRRF	
				CSLL	
				Outras Retenções	
				ISSQN	
<b>Valor Líquido da Nota Fiscal</b>					
<b>Informações Complementares</b>					

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias-RJ - [www.duquedecaxias.rj.gov.br/](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO

**ANEXO II DO DECRETO Nº 7.446, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**MODELO DE RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO – RPS**

<b>Prefeitura Municipal de Duque de Caxias-RJ</b> Secretaria de Fazenda Fone: (21) 2773-6213 - <a href="http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/">www.duquedecaxias.rj.gov.br/</a>		<b>RPS</b>		Série do Documento <b>Serviço Provisório de Serviço</b>	
<b>Identificação da Nota Fiscal</b>					
Natureza da Operação		Data da Emissão		Nº do Recibo Provisório	
Este documento não é válido como nota fiscal de serviços, mas apenas como recibo provisório e deverá obrigatoriamente ser convertido em nota fiscal eletrônica no prazo de 10 dias, conforme decreto xxx/xxxx. Consulte a conversão desse documento em nota fiscal eletrônica pelo site: <a href="http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/">www.duquedecaxias.rj.gov.br/</a>					
<b>Dados do Tomador de Serviços</b>					
CPF/CNPJ	Inscrição Municipal	Razão Social			
Nome Fantasia		Endereço			Número
Complemento	Bairro	CEP	Cidade/Estado		
Telefone	Celular	E-mail			
<b>Descrição dos Serviços</b>					
<b>ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza</b>					
Atividade do Município		Alíquota	Item da LC116/2003	Cod. Nacional Atividade Econômica	
<b>Valor Total dos Serviços</b>	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISSQN	ISSQN Retido
					Desconto Condicionado
<b>Retenções de Impostos</b>					
PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
					ISSQN
<b>Valor Líquido da Nota Fiscal</b>					
<b>Informações Complementares</b>					
Prefeitura Municipal de Duque de Caxias-RJ - <a href="http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/">www.duquedecaxias.rj.gov.br/</a>					
<b>RPS</b>					
Recebi(emos) de (nome e razão social do Prestador de Serviços) os serviços constantes do Recibo Provisório especificado abaixo.					
Série do Documento		Data da Emissão		Nº do Recibo Provisório	
Este documento não é válido como nota fiscal de serviços, mas apenas como recibo provisório e deverá obrigatoriamente ser convertido em nota fiscal eletrônica no prazo de 10 dias, conforme decreto xxx/xxxx. Consulte a conversão desse documento em nota fiscal eletrônica pelo site: <a href="http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/">www.duquedecaxias.rj.gov.br/</a>					